

# FRENTE PAULISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

## Carta Compromisso

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, coletivo composto por mais de 80 associações, sindicatos e entidades representativas do funcionalismo público paulista, vem a público divulgar sua posição frente aos pré-candidatos ao Governo do Estado de São Paulo, bem como aos pré-candidatos ao Legislativo Paulista e Congresso Nacional.

Após anos de constante desmonte do serviço público no Estado de São Paulo, privando a classe trabalhadora de serviços públicos de qualidade em áreas básicas como educação, saúde, segurança, justiça, causados pela prática do arrocho salarial, privatizações e terceirizações, confisco dos salários de aposentados e pensionistas, além do contínuo desmonte do lamspe, a Frente Paulista espera do próximo Governador, assim como dos futuros parlamentares, os seguintes compromissos públicos:

- 1 – Abertura de diálogo com as entidades representativas do funcionalismo em mesas de negociação permanente;
- 2 – Fim da política de arrocho salarial, com um plano de reposição salarial (ativos, aposentados e pensionistas) discutido com as entidades;
- 3 – Fim das terceirizações e privatizações, com a valorização do serviço público, seus equipamentos e agentes;
- 4 – Realização de concursos públicos em todas as áreas do serviço público;
- 5 – Fim do confisco dos salários de aposentados e pensionistas e da adoção de diversas alíquotas da contribuição previdenciária, com o retorno da alíquota única de 11%;
- 6 – Valorização do lamspe, com a participação do Governo do Estado no orçamento do lamspe em igual proporção à contribuição dos usuários do lamspe. Modernização na gestão do lamspe com democracia e transparência, através da criação de Conselhos administrativo e fiscal paritários com a participação de representantes do funcionalismo público paulista. Expansão do lamspe para o interior;
- 7 – Compromisso em lutar contra a aprovação da PEC 32/2020 em curso no Congresso Nacional;
- 8 – Financiamento adequado da Saúde e Educação em todos os seus níveis;
- 9 – A fixação do subteto único, no âmbito do estado de São Paulo, fixado nos termos Constitucionais, ou seja, em 90,25% do que recebe em espécie o desembargador do Tribunal do Justiça, evitando-se assim a indexação dos salários a subsídios políticos do Governador e dos deputados estaduais.

**Caso eleito/a, exercerei meu mandato parlamentar observando e respeitando as diretrizes acima listadas,**

**Assinatura Candidato/a** \_\_\_\_\_  
São Paulo, de \_\_\_\_\_ de 2022.

**Assinam esta Carta Compromisso as entidades da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público.**

